

REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO DE CARREIRA, Bsb, 15 a 17 de dezembro de 2009.

Pela FASUBRA Sindical: Emanuel Braz, Almiram, Paulo Henrique, Fátima Reis, Vanda Lucas, Vânia, Cenira e Lucia Vinhas.

Demais participantes: MEC, ANDIFES, SINASEFE e CONEAF.

Dando continuidade ao que foi acordado no último dia 3 de dezembro, foi realizada no dia 17 de dezembro a reunião da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC). Essa reunião foi precedida de trabalhos de grupos, grupos esses formado com os membros da CNSC e que reuniram em separado, para fazer o debate dividido nos temas: racionalização e descrição dos cargos; regulamentação e recursos de enquadramento.

Esses grupos de trabalho estiveram reunidos durante os dias 15 e 16 de dezembro procurando fazer o trabalho para ser levado para o pleno da CNSC, conforme o que fora acertado na última reunião. Essa forma de trabalhar, com a divisão do trabalho por temas e em diferentes grupos já é uma prática antiga da CNSC, sendo que esses grupos são de caráter transitório e podem ser desfeitos, assim como novos grupos podem ser criados, a depender das necessidades do bom encaminhamento dos trabalhos. Eles são formados obedecendo a mesma composição da CNSC, com representantes dos trabalhadores (FASUBRA e SINASEFE) e os representantes do governo (MEC, ANDIFES e CONEAF), de forma paritária.

Reuniões nos grupos de trabalho

1. Grupo Trabalho de Avaliação de Recursos

Esse grupo fez um estudo preliminar sobre os processos de recursos que se encontravam em poder do MEC. São recursos dos integrantes do PCCTAE, onde a lei 11.091/2005 define a CNSC como organismo competente para julgá-los. O grupo selecionou os processos de acordo com a temática, verificando que assim muitos poderão ter um parecer idêntico, mesmo que seja necessário um parecer individual para cada processo. Verificou que diversos processos podem ser resolvidos com a regulamentação de alguns dos artigos da lei que têm gerado diferentes interpretações e daí gerado os recursos que chegaram à Comissão. Esses devem, portanto esperar a regulamentação para que o julgamento seja feito à luz do que for construído pela própria CNSC.

Outros processos foram encaminhados ao grupo de racionalização, por conta de serem problemas relacionados à posição do cargo na matriz salarial, cabendo a esse grupo e posteriormente à CNSC, fazer a avaliação da justeza do pedido, dentro dos critérios que estão sendo utilizado para construção da proposta de racionalização que pode ou não como resultado final, alterar a disposição de alguns cargos na tabela.

2. Grupo de Trabalho de Racionalização e Descrição dos Cargos

Esse grupo fez uma avaliação inicial do relatório da última reunião, onde lá já havia uma proposta onde houve acordo com diversas propostas e desacordo com outras e verificou a necessidade de dar continuidade aos trabalhos, fazendo a revisão e já propondo a descrição

dos cargos para os novos cargos que esse grupo está propondo criar no intuito de recuperar cargos extintos. Verificou também que há necessidade de fazer uma discussão sobre os requisitos de ingresso para diversos cargos, tendo em vista que nos últimos concursos houve problemas. Essa revisão deve estar concentrada na exigência de permissão pelos órgãos de fiscalização dos profissionais, o que ocorre principalmente nos cargos da classe 'E' e nos cargos que exigem cursos técnicos. A revisão da exigência de escolaridade de diversos cargos, por conta da própria evolução do mundo do trabalho e por conta também da nova nomenclatura dada para os cursos técnicos. Foi também vista a necessidade de uma reavaliação da exigência de experiência para o ingresso, visto que essa exigência está presente na maioria dos cargos da matriz salarial e tem sido contestada quando são realizados os concursos. Foi feita a avaliação e deliberado que deve ser analisado caso a caso, já que para muitos dos cargos a experiência é essencial, mas que isso não vale para todos.

Feito essa avaliação o grupo iniciou os trabalhos de revisão e descrição dos cargos concentrando os trabalhos nas classes A e B. Por conta de os cargos dessas classes serem cargos, em sua maioria, provenientes do antigo nível de apoio e que estão em sua maioria extintos e/ou em extinção, está sendo proposta a criação de novos cargos que aglutinam alguns dos antigos, para assim fazer que as suas funções voltem dentro da descrição do novo cargo criado.

Foi reafirmada a proposta que já fora apresentada em outro momento, de mudança de nível de classificação de diversos cargos, assim como a criação de cargos já propostos também para os níveis de classificação C e D, ficando acertado que essa proposta necessita também de uma ampla revisão.

3. Grupo de Trabalho de Regulamentação 3

Este grupo fez uma análise de diversos itens da lei que necessitam de regulamentação, sejam artigos originais da lei que ainda hoje não têm regulamentação e permitem interpretações diferenciadas, sejam dispositivos incluídos através da MP 431 e necessitam de regulamentação para serem aplicados e/ou para se dar uma interpretação única. Verificou também a necessidade de propor alterações na lei para dar conta de demandas surgidas e problemas verificados em sua implementação desde sua aprovação.

O grupo construiu uma proposta emergencial de regulamentação de alguns pontos, visto que não são pontos que alteram a lei e não tem repercussão financeira diferente do crescimento vegetativo da folha e que, portanto não necessita autorização. Nessa proposta, feita de acordo entre a bancada sindical e a bancada dos dirigentes das instituições foi proposto entre outros: o reconhecimento dos cursos de tecnólogo e cursos seqüenciais para o incentivo à qualificação; o reconhecimento do curso de especialização para capacitação, desde que não utilizado para qualificação; regulação do interstício para as progressões por mérito e por capacitação.

Quanto às propostas de alteração da lei, apresentou inicialmente a necessidade de alteração da lei para atender ao reposicionamento dos aposentados, de acordo com sua posição original

no PURCRCE, estabelecendo nova posição relativa no PCCTAE apresentando documento com as justificativas. Outras alterações foram propostas para discussão futura.

Reunião final da Comissão Nacional de Supervisão

Na reunião final da CNSC, foram apresentados os relatórios dos grupos de trabalho e feita uma avaliação sobre os encaminhamentos. A comissão analisou e deliberou por priorizar nesse momento a avaliação do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho de regulamentação por conta de que os outros grupos não concluíram seus trabalhos e por conta ainda de questões emergenciais contidas no relatório. A bancada sindical apresentou como sugestão que a proposta de resolução acerca destas alterações imediatas, vinda do grupo já fosse aprovada nessa reunião, visto tratar-se de assuntos de competência da CNSC.

A representação do governo apresentou dificuldades por conta de terem a necessidade de fazer consulta a outros setores que não estavam ali presentes, em especial ao setor jurídico, comprometendo-se a trazer uma proposta de resolução para a próxima reunião.

Ficou acertado que a representação do governo irá repassar no período que antecede a próxima reunião sua posição para os demais componentes da CNSC para assim facilitar um acerto na próxima reunião que ficou acertada para o dia 25 de fevereiro de 2010, precedida por reuniões dos mesmos grupos de trabalho, que reunirão dias 23 e 24 de fevereiro de 2010, para dar continuidade aos trabalhos.